



PREJULGADO DE TESE Nº 004, de 08 de maio de 2014.

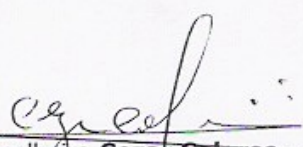
RESOLUÇÃO Nº 11.485


Processo nº 20140554-00

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL. LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL. MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PARA O RESTABELECIMENTO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL NOS LIMITES LEGAIS. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF DISCIPLINA OS LIMITES COM PESSOAL QUE O ENTE DA FEDERAÇÃO DEVE RESPEITAR. AROVAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS. APRECIÇÃO COM BASE NO ART. 299, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO TCM (ATO N.º 16/2013)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em aprovar a proposta de Resolução apresentada, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator às **fls. 04-07**, e nos termos da Resolução prolatada, que passa a integrar esta decisão. Por força do previsto no art. 114, do RITCM/PA a presente decisão constitui-se em PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **08 de maio de 2014**.


Conselheiro **Cezar Colares**
Presidente


Conselheiro **Sérgio Leão**
Relator

Presentes: Conselheiros Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antônio José Guimarães, Sérgio Leão e Procuradora Maria Inez Gueiros. Convocada a Auditora Márcia Costa para composição de quorum.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

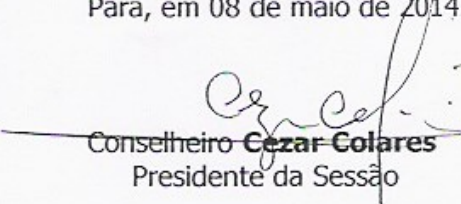
RESOLUÇÃO Nº 11.485


Processo : 20140554-00
Origem : Prefeitura Municipal de Portel
Assunto : Consulta acerca de orientações de como proceder para adequar a despesa total com pessoal – DTP aos limites dos incisos I, II e III do Art. 20 da LRF (Amparada no Art. 1º, XVI, da LC nº 84/2012).
Interessado : **Vicente de Paulo Ferreira Oliveira** - Prefeito
Relator : Conselheiro **Sérgio Leão**

EMENTA: Consulta. Prefeitura Municipal de Portel. Pela admissibilidade e, no mérito, respondê-la nos termos do voto do Relator.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão: **acolher** a presente **consulta**, na forma do **Artigo 1º, inciso XVI, da Lei Complementar nº 84/2012** e do **Regimento Interno (Ato nº 16/2013)**, em seu Art. 299, § 2º, para no mérito ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF disciplina os limites de despesa com pessoal que o Ente da Federação deve respeitar, e, igualmente, menciona as medidas que devem ser adotadas caso o limite da despesa de pessoal seja (ou esteja a ser) ultrapassado, conforme disposto em seu Art. 22, parágrafo único c/c 23.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 08 de maio de 2014.


Conselheiro **Cezar Colares**
Presidente da Sessão


Conselheiro **Sérgio Leão**
Relator

Presentes: Conselheiros Daniel Lavareda, Antonio José Guimarães, Auditora Márcia Costa e a Procuradora Maria Inez Gueiros

WR



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

Processo n.º: 201404554-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Portel

Interessado: Vicente de Paulo Ferreira Oliveira

RELATÓRIO

VICENTE DE PAULO FERREIRA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Portel, encaminhou **CONSULTA** (fls. 01/02), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde requer, orientações de como proceder para adequar a despesa total com pessoal -DTP aos limites dos incisos I, II e III do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informa ainda o Consulente que a Prefeitura de Portel utilizou em gastos com pessoal o equivalente a 66,47% do total de sua Receita Corrente Líquida – RCL, já consideradas as deduções legais, índice este que ultrapassou os limites estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 20 da LRF, conforme demonstrado no relatório de Gestão Fiscal – RGF do 3º Quadrimestre de 2013.

É o relatório.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente *Consulta*, a qual se confirma, dado o atendimento parcial das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012¹**, tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, bem como se insere na exceção prevista pelo Novo Regimento Interno (Ato n.º 16/2013), em seu art. 299, §2º ².

Assim, considerando que as medidas a serem adotadas para o restabelecimento da despesa total com pessoal nos limites legais estão claramente definidas na lei, entendo não ser necessária a persecução de maiores inflexões sobre o caso concreto apresentado, porem dado o caráter pedagógico que também deve revestir a atuação deste Tribunal manifesto-me pela admissibilidade destacando, desde já, *que a mesma não constitui prejudgado do fato ou caso concreto.*

NO MÉRITO, cabe ressaltar que, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF disciplina os limites de despesa com pessoal que o Ente da Federação deve respeitar, e, igualmente, menciona as medidas que devem ser adotadas caso o limite da despesa de pessoal seja (ou esteja a ser) ultrapassado, conforme disposto em seu art. 22, paragrafo único c/c 23, tais como:

"Art. 22

Paragrafo Único – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

¹ XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno

² Art. 299. As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselheiro Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bienal, para exame de admissibilidade e regular processamento.

§ 2.º Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejudgado do fato ou caso concreto.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

- I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição ;*
- II – criação de cargo, emprego ou função;*
- III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*
- IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título,ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*
- V – contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.*

Caso as medidas mencionadas anteriormente ainda não forem suficientes para assegurar a adequação da despesa aos limites legais, medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas afim de garantir o cumprimento da legislação, conforme previsto nos §§ 3º e 4º do art 169 da CF/88 combinado com o art 23 da LRF, a seguir transcritos, *in verbis*:

Art 169 -

§ 1º

§ 2º.....

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caputi a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providencias:

I – redução de pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II – exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no paragrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal."

16/



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

Art 23 Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 196 da Constituição.

Vale ressaltar que se não for alcançada a adequação no prazo estabelecido, e no tempo em que perdurar o excesso, o Ente não poderá, nos termos do art. 23, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – receber transferências voluntárias;

II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento.

Ressalta-se, ainda, que o descumprimento dos limites com gasto de pessoal, bem como a não comprovação de adoção de medidas com o objetivo de garantir o efetivo cumprimento se constitui em irregularidade capaz de ensejar a reprovação das contas do respectivo exercício financeiro .

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **xx de xx de 2014.**


Conselheiro **Sérgio Leão**
Relator